



RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 21ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE EM 19.04.2016

Aos 19 dias do mês de abril de 2016, compareceu à sede da 21ª Vara do Trabalho de Porto Alegre a Excelentíssima Senhora **MARIA DA GRAÇA RIBEIRO CENTENO**, Desembargadora Corregedora do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhada da Assistente da Assessoria Administrativa da Secretaria da Corregedoria, Adriana Stangler, e da Assistente da Assessoria Técnico-Operacional Cristina Bottega, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0000500-74.2016.5.04.0000. A Desembargadora Corregedora e a sua equipe foram recebidas pelo Juiz Titular Manuel Cid Jardón, pelo Juiz Substituto André Sessim Parisenti, pela Diretora de Secretaria Simone Viana e pelos servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelos Gestores, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da instalação da Vara do Trabalho: 18.03.1994

Data da última correição realizada: 28.04.2015

Data de Implantação do PJe: 23.09.2013

Jurisdição: Porto Alegre

1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2015 a 19.04.2016

2 ESTRUTURA FUNCIONAL

2.1 JUÍZES

2.1.1 Juizes Atuais

Juiz (a)	Situação	Período
Manuel Cid Jardón*	Juiz Titular	Desde 13.12.2000
Rita Volpato Bischoff	Juíza Substituta lotada	Desde 28.01.2013

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 12.04.2016)

(*) O Juiz Titular **Manuel Cid Jardón** está convocado para atuar neste Tribunal até 19.12.2016.



2.1.2 Circunscrição

Nos termos da Portaria nº 01/2015, da Corregedoria Regional deste TRT, a 21ª Vara do Trabalho de Porto Alegre pertence à 21ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Essa circunscrição é dotada de lotação de 1 Juiz Substituto.

2.1.3 Juízes que Atuaram no Período Correcionado

	Juiz (a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
1	Manuel Cid Jardón	Juiz Titular desde 13.12.2000		Há 15 anos, 4 meses e 7 dias
2	Rita Volpato Bischoff	Juíza Substituta lotada desde 28.01.2013		Há 3 anos, 2 meses e 22 dias
3	Eduardo Batista Vargas	07.01 a 05.02.2015	Atuou em razão das férias do Juiz Titular	30 dias
		11.03 a 15.06.2015 08 a 15.07.2015 17.08 a 21.10.2015 10.11 a 13.12.2015	Atuou em razão da Juíza Substituta lotada encontrar-se no exercício da titularidade da Vara do Trabalho	95 dias 8 dias 65 dias 34 dias = 202 dias
		16.06 a 07.07.2015 22 a 28.10.2015	Atuou em razão da convocação do Juiz Titular para atuar no TRT	22 dias 7 dias = 29 dias
4	Patrícia Bley Heim	09 a 11.03.2015	Atuou como juíza auxiliar	3 dias
5	Charles Lopes Kuhn	07.01 a 09.02.2016	Atuou em razão das férias do Juiz Titular	33 dias
6	André Sessim Parisenti	11.03 a 13.04.2016	Atuou em razão da Juíza Substituta lotada encontrar-se no exercício da titularidade da Vara do Trabalho	1 mês e 3 dias
		14 a 22.04.2016	Atua em razão da convocação do Juiz Titular para atuar no TRT	9 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 12.04.2016)

2.1.4 Afastamentos do Juiz Titular e da Juíza Substituta lotada durante o Período Correcionado

	Juiz (a)	Motivo	Dias de Afastamento	Total em Dias
Titular	Manuel Cid Jardón	Convocação para atuar no TRT	1º a 06.01.2015* 06.02 a 12.07.2015 30.07.2015 a 06.01.2016 10.02 a 19.12.2016	6 157 161 314 = 638



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

		Férias	07.01 a 05.02.2015 13 a 29.07.2015 07.01 a 09.02.2016	30 17 34 = 81
Substituta lotada	Rita Volpato Bischoff	Férias	07.01 a 05.02.2015 16.06 a 07.07.2015 22 a 29.10.2015 07.01 a 05.02.2016	30 22 8 30 = 90
		Curso fora do País	14 a 22.04.2016	9

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 12.04.2016)

* Período total de convocação do Juiz Titular para atuar no Tribunal: 04.12.2014 a 06.01.2015 (34 dias).

2.2 SERVIDORES

2.2.1 Servidores Lotados na Unidade Judiciária

	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Simone Viana	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Diretora de Secretaria (CJ3)	12.11.2007
2	André Luiz Lautert Fróes	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente de Juiz Titular (FC05)	18.12.2015
-	Ricardo Tondin de Oliveira	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente de Juiz Substituto (FC05)	16.04.2015
3	Fábio Amaral Ferreira	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)	05.10.2015
4	Fabiana Alice Zoratto Laitano	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Secretária de Audiência (FC03)	04.07.2003
5	Ana Pereira Mallmann	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Secretária de Audiência (FC03)	05.12.2013
6	Andrea de Pinho Freitas	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	07.11.2014
7	Rogerson de Medeiros Batista	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	09.03.2016
8	Fernando Bittencourt Schutt	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	12.11.2008



9	Carolina Tiggemann	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	07.05.2012
10	Carlos Guilherme Silveira e Silva	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	02.09.2013
11	Ana Paula Schizzi Paz (em férias)	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	16.09.2015
12	Cleverson Leandro dos Santos	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	25.09.2015
13	Daniele Caiuana Grapiglia Cezar	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	10.02.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 03.03.2016, atualizado em 1º.04.2016 em razão da lotação do servidor Rogerson de Medeiros Batista em 09.03.2016 e revisado em 11.04.2016).

2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2013, 2014 e 2015)	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
1.614 processos	1.501 a 2.000	13 servidores	13 a 14 servidores

A Resolução nº 63/2010 do CSJT instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau. Consideradas as alterações realizadas posteriormente pelas Resoluções nº 77 e 83/2011, também do CSJT, e, visando o cumprimento da Meta Nacional nº 3 do Conselho Nacional de Justiça para o exercício de 2014, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região adotou os seguintes critérios para definição da lotação mínima das unidades judiciárias de 1º grau: a) quando a movimentação processual se situar na metade inferior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite inferior e b) quando a movimentação processual se situar na metade superior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite superior. A Administração estabeleceu como diretriz a utilização do número máximo de servidores previsto na Resolução CSJT 63/2010, sempre que possível, para cada faixa de movimentação processual das Varas do Trabalho.

Com base no exposto, o número atual de servidores da 21ª Vara do Trabalho de Porto Alegre está **de acordo** com os parâmetros previstos nas referidas normas.



2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o Período Correcionado

Servidor (a)	Motivo	Nº de dias de Afastamento	Total (em Dias)
Ana Paula Schizzi Paz (desde 16.09.2015)*	Curso ou Evento (CURS)	3	4
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	1	
Ana Pereira Mallmann	-	-	-
André Luiz Lautert Fróes (desde 18.12.2015)*	-	-	-
Andrea de Pinho Freitas	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	4	4
Carlos Guilherme Silveira e Silva	-	-	-
Carolina Tiggemann	-	-	-
Cleverson Leandro dos Santos (desde 25.09.2015)*	Curso ou Evento (CURS)	2	2
Daniele Caiuana Grapiglia Cezar (desde 10.02.2016)*	Doença em Pessoa da Família (LPF)	1	1
Fabiana Alice Zoratto Laitano	-	-	-
Fábio Amaral Ferreira (desde 05.10.2015)*	-	-	-
Fernando Bittencourt Schutt	-	-	-
Ricardo Tondin de Oliveira (desde 16.04.2015)*	Doença em Pessoa da Família (LPF)	5	10
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	5	
Rogerson de Medeiros Batista (desde 09.03.2016)*	-	-	-
Simone Viana	Curso ou Evento (CURS)	3	3

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 03.03.2016 e atualizado em 1º.04.2016 para inclusão dos dados referentes ao servidor Rogerson de Medeiros Batista).

* Servidor lotado na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correcionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade.

2.2.4 Greve dos Servidores durante o Período Correcionado

Considerando sua influência nos dados estatísticos, registra-se o **movimento grevista deflagrado pelos servidores do Judiciário Federal no ano de 2015**. Na 21ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, houve limitação de expediente externo ao horário das 11h às 15h, mantidos os prazos processuais e as audiências já designadas, **no período de 26 de junho a 24 de setembro de 2015**, totalizando 2 meses e 29 dias de adesão à greve pelos servidores, conforme as Portarias nº 02 e 03/2015, de 25.06.2015 e 24.09.2015, respectivamente, expedidas pelos Juízes Substitutos **Eduardo Batista Vargas** e **Rita Volpato Bischoff**.



2.2.5 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

	Servidor (a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	Paulo Roberto dos Santos	19.01.2012	25.01.2015	3 anos e 7 dias	Remoção por Permuta para o TRT da 2ª Região
2	Rodrigo Toscano de Britto	04.09.2014	15.04.2015	7 meses e 12 dias	Lotação na Secretaria da Corregedoria - Assistente de Juiz Substituto (FC05)
3	Vinícius Polenz Azevedo	05.12.2012	04.05.2015	2 anos e 5 meses	Retorno à Origem - TRT da 2ª Região
4	Tatiane de Abreu Fuin	20.04.2015	15.09.2015	4 meses e 26 dias	Lotação no Gab. Des. João Ghisleni Filho – Assistente de Gabinete (FC05)
5	Daiana Saccol da Silva	10.09.2012	04.10.2015	3 anos e 25 dias	Lotação na 5ª Vara de Canoas – Diretora de Secretaria (CJ3)
6	Elenice de Souza	13.05.2014	06.10.2015	1 ano, 4 meses e 24 dias	Lotação no Gab. Des. Francisco Rossal de Araújo – Assistente de Gabinete (FC05)
7	Soraya Moura Onofrio	02.06.2015	14.10.2015	4 meses e 13 dias	Lotação na Seção de Agravos de Instrumento
8	Fábio Fonseca Scherer	06.09.2013	21.01.2016	2 anos, 4 meses e 16 dias	Lotação na CCDF de Gravataí – Coordenador (CJ1)

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 03.03.2016 e revisado em 11.04.2016)

2.2.6 Estagiários

	Estagiário (a)	Curso em Andamento	Período
1	Bianca da Silva Fernandes	Superior em Direito	desde 11.06.2014 até 10.06.2016
2	Daniely Victorino Govoni	Superior em Direito	desde 13.10.2015 até 12.10.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 03.03.2016 e revisado em 19.04.2016)



2.3 CAPACITAÇÃO

2.3.1 Capacitação do Juiz Titular e da Juíza Substituta lotada durante o Período Correcionado

Juiz (a)		Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Titular	Manuel Cid Jardón	-	-	146,5	146,5
Substituta lotada	Rita Volpato Bischoff	-	-	55,5	55,5

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 12.04.2016 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de vinculação do Magistrado nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

2.3.2 Capacitação dos Servidores durante o Período Correcionado

Servidor (a)	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Ana Paula Schizzi Paz	-	20	-	20
Ana Pereira Mallmann	-	-	-	-
André Luiz Lautert Fróes	-	-	-	-
Andrea de Pinho Freitas	20	-	13	33
Carlos Guilherme Silveira e Silva	-	-	-	-
Carolina Tiggemann	20	-	71	91
Cleverson Leandro dos Santos	-	-	91,5	91,5
Daniele Caiuana Grapiglia Cezar	-	-	44,5	44,5
Fabiana Alice Zoratto Laitano	-	-	-	-
Fábio Amaral Ferreira	-	-	113	113
Fernando Bittencourt Schutt	-	-	10	10
Ricardo Tondin de Oliveira	-	-	-	-
Rogerson de Medeiros Batista	-	-	55	55
Simone Viana*	-	-	56	56

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 03.03.2016 e atualizado em 1º.04.2016 para inclusão dos dados referentes ao servidor Rogerson de Medeiros Batista – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de lotação do servidor nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

* Gestora da Unidade Judiciária.

3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

3.1 FAIXA DE MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA UNIDADE

Nos termos dos anexos III e IV da Resolução nº 63/2010 do CSJT, foram estabelecidas faixas de movimentação processual para padronização



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

estrutural e de pessoal dos órgãos de primeiro grau da Justiça do Trabalho. Para fins comparativos e de análise da evolução dos dados estatísticos, as Varas do Trabalho da 4ª Região foram classificadas conforme os critérios de movimentação processual estabelecidos naquela Resolução.

Em face disso, a 21ª Vara do Trabalho de Porto Alegre foi enquadrada na faixa de movimentação processual de 1.501 a 2.000 processos por ano. Dessa forma, os dados estatísticos da Unidade serão comparados com a média das demais Unidades Judiciárias situadas na mesma faixa de movimentação processual constantes do quadro abaixo, bem como com a média de todas as unidades de 1ª instância de todo o TRT4.

Unidades Judiciárias com 1.501 a 2.000 processos por ano	2013	2014	2015	Média
Canoas - 05a Vara	1.413	1.512	1.598	1.507,67
Caxias do Sul - 01a Vara	1.623	1.864	2.108	1.865,00
Caxias do Sul - 02a Vara	1.604	1.870	2.023	1.832,33
Caxias do Sul - 03a Vara	1.627	1.883	2.077	1.862,33
Caxias do Sul - 04a Vara	1.582	1.861	2.059	1.834,00
Caxias do Sul - 05a Vara	1.611	1.846	2.063	1.840,00
Guaíba - 01a Vara	2.407	1.414	1.918	1.913,00
Porto Alegre - 01a Vara	1.514	1.627	1.710	1.617,00
Porto Alegre - 02a Vara	1.503	1.611	1.713	1.609,00
Porto Alegre - 03a Vara	1.512	1.595	1.727	1.611,33
Porto Alegre - 04a Vara	1.533	1.558	1.782	1.624,33
Porto Alegre - 05a Vara	1.511	1.618	1.715	1.614,67
Porto Alegre - 06a Vara	1.495	1.602	1.744	1.613,67
Porto Alegre - 07a Vara	1.515	1.567	1.732	1.604,67
Porto Alegre - 08a Vara	1.518	1.574	1.684	1.592,00
Porto Alegre - 09a Vara	1.531	1.589	1.761	1.627,00
Porto Alegre - 10a Vara	1.511	1.625	1.714	1.616,67
Porto Alegre - 11a Vara	1.520	1.688	1.776	1.661,33
Porto Alegre - 12a Vara	1.518	1.594	1.726	1.612,67
Porto Alegre - 13a Vara	1.523	1.597	1.679	1.599,67
Porto Alegre - 14a Vara	1.528	1.584	1.728	1.613,33
Porto Alegre - 15a Vara	1.499	1.643	1.779	1.640,33
Porto Alegre - 16a Vara	1.541	1.635	1.791	1.655,67
Porto Alegre - 17a Vara	1.532	1.597	1.715	1.614,67



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Porto Alegre - 19a Vara	1.508	1.598	1.704	1.603,33
Porto Alegre - 20a Vara	1.534	1.592	1.710	1.612,00
Porto Alegre - 21a Vara	1.494	1.658	1.691	1.614,33
Porto Alegre - 22a Vara	1.505	1.568	1.727	1.600,00
Porto Alegre - 23a Vara	1.519	1.666	1.779	1.654,67
Porto Alegre - 24a Vara	1.527	1.599	1.702	1.609,33
Porto Alegre - 25a Vara	1.511	1.612	1.759	1.627,33
Porto Alegre - 26a Vara	1.522	1.592	1.784	1.632,67
Porto Alegre - 27a Vara	1.500	1.593	1.763	1.618,67
Porto Alegre - 28a Vara	1.516	1.586	1.711	1.604,33
Porto Alegre - 29a Vara	1.509	1.705	1.745	1.653,00
São Leopoldo - 01a Vara	1.573	1.935	1.970	1.826,00
São Leopoldo - 02a Vara	1.561	1.935	1.978	1.824,67
São Leopoldo - 03a Vara	1.571	1.959	1.956	1.828,67
São Leopoldo - 04a Vara	1.538	1.984	1.969	1.830,33
Torres - 01a Vara	1.534	1.752	1.659	1.648,33
Viamão - 01a Vara	1.483	1.577	1.837	1.632,33
Unidades com 1.501 a 2.000 processos por ano	63.576	68.465	73.766	1.673,23

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.03.2016)

3.2 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

Situação	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 29.02)	Variação 2015-2016
Pendentes de finalização na fase de conhecimento*	2.282	2.545	11,52%	2.538	-0,28%
Pendentes de finalização na fase de liquidação**	262	318	21,37%	324	1,89%
Pendentes de finalização na fase de execução***	1.720	1.779	3,43%	1.792	0,73%
Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução	144	160	11,11%	93	-41,88%
Total	4.408	4.802	8,94%	4.747	-1,15%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.03.2016)



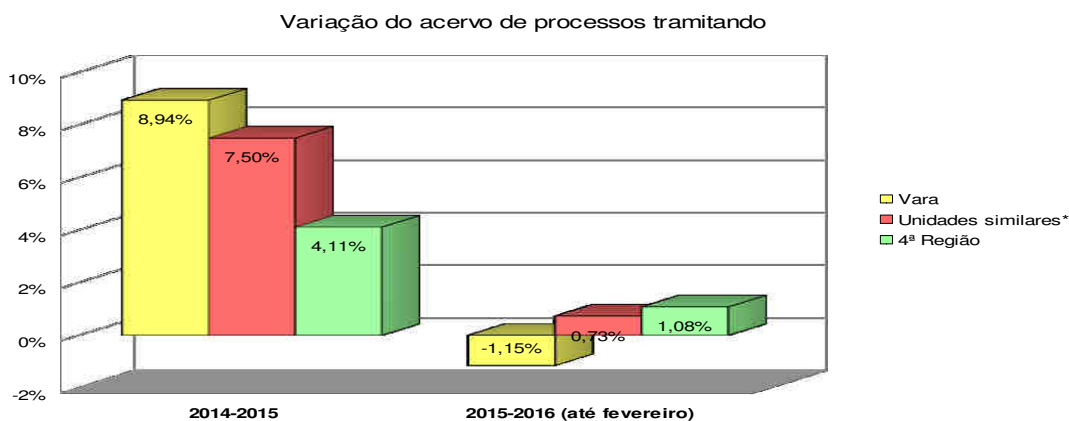
* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

** Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

*** Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

No ano de 2015, houve majoração de 8,94% de processos tramitando na Unidade Judiciária. Todas as fases apresentaram elevação em seu acervo, sendo que, em números de processos, foi a fase de conhecimento que mais contribuiu para o aumento desse estoque (acréscimo de 263 processos).

A variação do acervo de processos na 21ª Vara do Trabalho de Porto Alegre em 2015 foi superior ao resultado apresentado pelas demais unidades similares e pela 4ª Região no período, quando registrada uma elevação de 7,50% e 4,11% dos processos em tramitação. Todavia, no período de janeiro a fevereiro de 2016, o estoque de processos tramitando recuou 1,15%, índice abaixo da média regional no período, como aponta o gráfico abaixo.



3.3 FASE DE CONHECIMENTO

3.3.1 Processos Pendentes de Solução

	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 29.02)	Variação 2015-2016
Casos novos	1.658	1.691	1,99%	222	-86,87%
Sentenças anuladas/reformadas	20	8	-60,00%	0	-100,00%
Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)*	1.512	1.611	6,55%	173	-89,26%
Processos pendentes de solução	879	1.018	15,81%	1.077	5,80%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.03.2016)

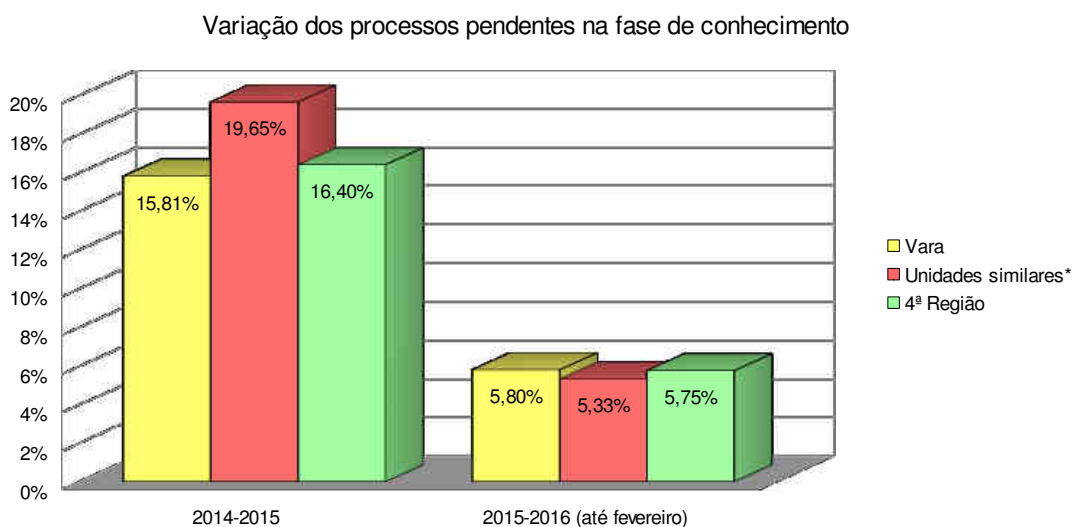
* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

No ano de 2015, registrou-se uma elevação de 15,81% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em relação ao período anterior (de 879 para 1.018 processos) – índice inferior, contudo, ao verificado em toda



a 4ª Região em 2015 e nas demais unidades na mesma faixa de movimentação processual, onde o número de processos pendentes na fase de conhecimento avançou 16,40% e 19,65%. O principal fator que contribuiu para esse acréscimo no estoque foi o aumento de 19,43% na média mensal de casos novos (a qual passou de 138,17 processos, em 2014, para 140,92 processos, em 2015).

Outrossim, os dados dos dois primeiros meses de 2016 apontam aumento de 5,80% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento. Esse índice é superior às médias de toda a 4ª Região e das demais unidades similares no mesmo período de 2016, conforme demonstrado no gráfico abaixo:



Ainda quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que a maior parte destes (48,62%) se encontrava aguardando encerramento da instrução processual em 31.12.2015. Além disso, convém destacar que, no período de 31.12.2014 a 29.02.2016, houve aumento de 36 processos aguardando a prolação de sentença com prazo vencido na Unidade. Especificações no quadro abaixo:

Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento					
	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 29.02)	Varição 2015-2016
Aguardando 1ª sessão de audiência	329	314	-4,56%	434	38,22%
Aguardando encerramento da instrução	370	495	33,78%	496	0,20%
Aguardando prolação de sentença – no prazo	92	112	21,74%	23	-79,46%
Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido	88	97	10,23%	124	27,84%
TOTAL	879	1.018	15,81%	1.077	5,80%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.03.2016)



3.3.2 Processos solucionados em relação aos distribuídos* e em relação aos pendentes de julgamento**

Processos solucionados em relação aos distribuídos					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 29.02)	Variação 2015-2016
Porto Alegre – 21ª Vara	91,19%	95,27%	4,47%	77,93%	-18,20%
Unidades similares*	84,08%	87,00%	3,47%	72,78%	-16,34%
TRT4 – 1ª Instância	85,97%	89,11%	3,66%	71,67%	-19,58%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.03.2016)

* Fórmula: [número de processos solucionados / processos recebidos]

Em 2015, foram solucionados na Unidade Judiciária 95,27% dos processos distribuídos no mesmo período, constatando-se um aumento de 4,47% em relação ao índice do ano anterior. Ademais, o índice da Unidade foi superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 8,27 e 6,16 pontos percentuais, respectivamente.

Processos solucionados em relação ao total de processos pendentes de julgamento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 29.02)	Variação 2015-2016
Porto Alegre – 21ª Vara	63,16%	62,68%	-0,75%	13,95%	-77,74%
Unidades similares*	53,68%	53,42%	-0,49%	12,01%	-77,52%
TRT4 – 1ª Instância	55,85%	55,20%	-1,16%	12,60%	-77,18%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.03.2016)

** Fórmula: [número de processos solucionados / (resíduo anterior + processos recebidos)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo de processos pendentes do período anterior, o índice de processos julgados pela 21ª Vara do Trabalho de Porto Alegre em 2015 foi de 62,68% do número total de processos pendentes de julgamento, resultado 0,75% inferior ao verificado no ano anterior. Esse desempenho superou a média das demais unidades da mesma faixa de movimentação processual em 9,26 pontos percentuais e foi maior que a média de toda a 4ª Região em 7,48 pontos percentuais.

3.3.3 Processos Solucionados

Processos solucionados							
Tipo de solução		2014		2015		2016 (até 29.02)	
		QTD	%	QTD	%	QTD	%
Com exame de mérito	Conciliação	599	39,62	631	39,17	42	24,28
	Julgado procedente	16	1,06	11	0,68	0	0,00
	Julgado procedente em parte	529	34,99	572	35,51	93	53,76
	Julgado improcedente	108	7,14	139	8,63	20	11,56



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

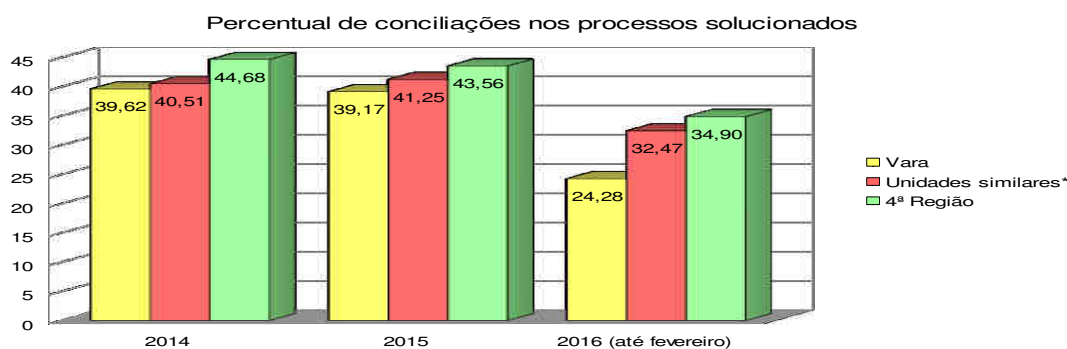
	Extinto	7	0,46	18	1,12	2	1,16
	Outras decisões	0	0,00	0	0,00	0	0,00
	SUBTOTAL	1.259	83,27	1.371	85,10	157	90,75
Sem exame de mérito	Extinto	22	1,46	28	1,74	2	1,16
	Arquivamento (art. 844 CLT)	180	11,9	171	10,61	12	6,94
	Desistência	46	3,04	37	2,30	2	1,16
	Outras decisões	5	0,33	4	0,25	0	0,00
	SUBTOTAL	253	16,73	240	14,90	16	9,25
TOTAL		1.512	100	1.611	100	173	100

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.03.2016)

Verificou-se aumento de 99 processos solucionados na Unidade Judiciária em 2015, na comparação com o ano anterior, o que representa um acréscimo de 6,55%. Esse índice se mostra aquém da média das demais unidades similares e de toda a 4ª Região que, em 2015, apresentaram uma majoração média de 8,13% e 13,51%.

Dentre os tipos de solução, verificou-se incremento no número de decisões com resolução de mérito na Unidade. Excluídas as homologações de acordo, no ano de 2014 foram proferidas 660 decisões com resolução de mérito na Unidade; em 2015, esse número alcançou 740 decisões, representando um aumento de 12,12%. Dessa forma, o desempenho da Unidade nesse quesito foi superior tanto ao resultado médio obtido no conjunto das demais varas similares (as quais registraram uma elevação de 6,86% no número de decisões com resolução de mérito) quanto à média das unidades de primeira instância de toda a 4ª Região (a qual avançou 7,56%).

Ademais, a análise do quadro acima demonstra queda do percentual de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária (a despeito de ter havido elevação em números absolutos). Em 2014, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 599, representando 39,62% dos processos solucionados; já em 2015, o número total de conciliações foi de 631, correspondendo a 39,17% das soluções na fase de conhecimento – índice inferior ao verificado em toda a 4ª Região, que foi de 43,56%, bem como ao das demais unidades símiles, que foi de 41,25%, conforme explicitado no gráfico que segue:





3.4 FASE DE LIQUIDAÇÃO

3.4.1 Processos pendentes de liquidação

Liquidações					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 29.02)	Variação 2015-2016
Iniciadas	389	487	25,19%	81	-83,37%
Encerradas	372	401	7,80%	55	-86,28%
Pendentes	250	292	16,80%	305	4,45%
Arquivo Provisório	6	4	-33,33%	5	25,00%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.03.2016)

O número de processos pendentes na fase de liquidação avançou de 250, em 2014, para 292, em 2015, importando em uma elevação de 16,80%. Tal índice foi superior tanto ao das unidades com movimentação processual similar (as quais apresentaram uma elevação média de 0,34%) quanto à média de toda a 4ª Região (cujo estoque de processos pendentes na fase de liquidação apresentou um aumento de 5,88%).

Um dos principais motivos dessa elevação foi o aumento de 25,19% no número de liquidações iniciadas na Unidade na comparação entre esses dois períodos. Constata-se, nessa senda, que o número de liquidações iniciadas em 2015 superou em 21,45% (86 processos a mais) o número de liquidações encerradas no mesmo período.

3.4.2 Liquidações encerradas em relação às iniciadas* e em relação ao total pendente de encerramento**

Liquidações encerradas em relação às iniciadas					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 29.02)	Variação 2015-2016
Porto Alegre – 21ª Vara	95,63%	82,34%	-13,90%	67,90%	-17,54%
Unidades similares*	89,91%	88,77%	-1,27%	83,48%	-5,97%
TRT4 – 1ª Instância	87,92%	88,40%	0,55%	79,14%	-10,48%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.03.2016)

* Fórmula: [número de liquidações encerradas / número de liquidações iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 82,34% das liquidações iniciadas no mesmo período, constatando-se uma redução de 13,90% em relação ao índice do ano anterior. Ainda, o índice da Unidade foi inferior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 6,43 e 6,06 pontos percentuais, respectivamente.



Liquidações encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 29.02)	Variação 2015-2016
Porto Alegre – 21ª Vara	58,95%	54,41%	-7,71%	14,75%	-72,90%
Unidades similares*	54,99%	53,55%	-2,62%	14,93%	-72,11%
TRT4 – 1ª Instância	55,85%	54,30%	-2,78%	14,52%	-73,25%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.03.2016)

** Fórmula: [número de liquidações encerradas / (liquidações pendentes do período anterior + liquidações iniciadas)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo pendente do ano anterior, o índice de liquidações encerradas pela 21ª Vara do Trabalho de Porto Alegre em 2015 foi de 54,41% do número total de liquidações a encerrar – resultado 7,71% inferior ao verificado no ano anterior. Esse desempenho foi ligeiramente superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 – em 0,86 e 0,11 ponto percentual, respectivamente.

3.5 FASE DE EXECUÇÃO

3.5.1 Processos Pendentes na Fase de Execução

		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 29,02)	Variação 2015-2016
Entrada	Iniciadas	520	486	-6,54%	73	-84,98%
	Desarquivadas para prosseguimento	532	24	-95,49%	2	-91,67%
Saídas	Encerradas	541	410	-24,21%	67	-83,66%
	Arquivadas Provisoriamente	69	46	-33,33%	9	-80,43%
Pendentes	Exclusivamente crédito previdenciário	42	37	-11,90%	36	-2,70%
	Demais	958	989	3,24%	997	0,81%
	Total	1.000	1.026	2,60%	1.033	0,68%
Saldo no arquivo Provisório		910	931	2,31%	937	0,64%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.03.2016)

Em 2015, o estoque de execuções pendentes na 21ª Vara do Trabalho de Porto Alegre subiu de 1.000 para 1.026 processos, o que corresponde a uma elevação de 2,60% em relação ao ano anterior. Esse índice supera a tendência apresentada na 4ª Região e nas demais unidades similares no período em questão, as quais registraram uma elevação de 0,72% e 1,74% em seus acervos médios, respectivamente. O principal fator a contribuir para essa elevação foi a queda de 24,21% no número de execuções encerradas na Unidade em relação ao ano anterior, combinada com uma queda de 33,33% no



número de arquivamentos provisórios na comparação entre esses dois períodos.

3.5.2 Execuções encerradas em relação às iniciadas* e em relação ao total pendente de encerramento**

Execuções encerradas em relação às iniciadas					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 29.02)	Variação 2015-2016
Porto Alegre – 21ª Vara	104,04%	84,36%	-18,91%	91,78%	8,79%
Unidades similares*	92,88%	78,62%	-15,36%	61,39%	-21,90%
TRT4 – 1ª Instância	95,90%	80,03%	-16,54%	65,70%	-17,90%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.03.2016)

* Fórmula: [número de execuções encerradas / número de execuções iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 84,36% das execuções iniciadas no mesmo período, constatando-se uma redução de 18,91% em relação ao índice do ano anterior, quando a quantidade de execuções encerradas foi maior do que o de iniciadas. No entanto, mesmo com essa queda, o índice da Unidade continua sendo superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4, em 5,74 e 4,33 pontos percentuais, respectivamente.

Execuções encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 29.02)	Variação 2015-2016
Porto Alegre – 21ª Vara	18,65%	17,11%	-8,24%	3,30%	-80,71%
Unidades similares*	15,50%	15,81%	1,99%	2,28%	-85,60%
TRT4 – 1ª Instância	15,51%	15,39%	-0,79%	2,33%	-84,86%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.03.2016)

** Fórmula: [número de execuções encerradas / (execuções pendentes do período anterior + número de execuções iniciadas)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo pendente do ano anterior, o índice de execuções encerradas pela 21ª Vara do Trabalho de Porto Alegre em 2015 foi de 17,11% do número total de execuções a encerrar – resultado 8,24% menor do que o verificado no ano anterior. No entanto, esse desempenho também foi superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4, em 1,30 e 1,72 ponto percentual, respectivamente.



3.5.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

	BNDT				
	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 29.02)	Varição 2015-2016
Processos com inclusão de devedor no BNDT	231	144	-37,66%	36	-75,00%
Processos com exclusão de devedor no BNDT	153	91	-40,52%	7	-92,31%
Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT	1.293	1.310	1,31%	1.324	1,07%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.03.2016)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela 21ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 01.01.2012 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT em 29.02.2016. Dessa consulta, resultou uma lista de **11 processos** com execução encerrada definitivamente e que ainda possuem devedores inscritos no BNDT. A título de amostragem, relaciona-se a situação processual nos processos abaixo:

1	Processo nº 0000185-56.2011.5.04.0021
Situação processual: em 13.07.2015, foi publicado despacho determinando a expedição de alvará ao reclamante. Em 25.08.2015, tendo em vista a inexistência de recolhimentos previdenciários a serem comprovados, foi publicado despacho determinando o arquivamento dos autos. Em 01.09.2015, o processo foi arquivado definitivamente, sem registro de débitos. Histórico BNDT: em 13.05.2013, o executado <i>Ferrovário Atlético Clube</i> foi incluído no BNDT, com a anotação da situação “sem garantia do juízo”.	
2	Processo nº 0000334-52.2011.5.04.0021
Situação processual: em 28.04.2015, foi publicado despacho determinando a expedição dos competentes alvarás. Em 05.05.2015, foi inserido no sistema informatizado o andamento “extinta a execução/cumprimento de sentença”. Em 01.06.2015, foi publicada decisão julgando extinta a execução, diante da satisfação dos créditos devidos, e determinando o arquivamento dos autos. Em 17.07.2015, o processo foi arquivado definitivamente, sem registro de débitos. Histórico BNDT: em 27.09.2011, a executada <i>RG Bastos Indústria de Móveis Ltda. (Titan Móveis)</i> foi incluída no BNDT, com a anotação da situação “sem garantia do juízo”.	



3

Processo nº 0000701-42.2012.5.04.0021

Situação processual: em 05.08.2015, foi publicado despacho determinando a expedição dos competentes alvarás. Em 10.08.2015, foi inserido no sistema informatizado o andamento “extinta a execução/cumprimento de sentença”. Em 01.09.2015, foi publicada decisão julgando extinta a execução, diante da satisfação dos créditos devidos, e determinando o arquivamento dos autos. **Histórico BNDT:** em 10.10.2014, as executadas *Moretto Serviço de Reparação de Máquinas de Informática Ltda.* e *Cards Service Prestadora de Serviços de Cartão de Crédito S/S Ltda.* foram incluídas no BNDT, com a anotação da situação “sem garantia do juízo”.

4

Processo nº 0000790-65.2012.5.04.0021

Situação processual: em 18.12.2014, foi publicada decisão julgando extinta a execução, diante da homologação de acordo celebrado entre as partes e da comprovação do cumprimento deste, e determinando o arquivamento dos autos. Em 27.05.2015, foi inserido no sistema informatizado o andamento “extinta a execução/cumprimento de sentença”. Em 18.06.2015, o processo foi arquivado definitivamente, sem registro de débitos **Histórico BNDT:** em 16.10.2013, a executada *Viva Mão de Obra Temporária e Serviços Terceirizados Ltda.* foi incluída no BNDT, com a anotação da situação “sem garantia do juízo”.

(Fonte: Consulta ao Sistema iNFOR em 17.03.2016)

Além dos processos supralistados, também se encontram com reclamados inscritos no BNDT, apesar de suas execuções terem sido extintas, os seguintes processos:

Processo nº		
0001277-06.2010.5.04.0021	0001510-32.2012.5.04.0021	0001558-88.2012.5.04.0021
0009300-58.1998.5.04.0021	0082000-17.2007.5.04.0021	0091200-19.2005.5.04.0021
0122900-86.2000.5.04.0021	-	-

Sinala-se, finalmente, que é do conhecimento desta Corregedoria que o sistema e-Gestão não está extraindo as informações de exclusão de devedores no BNDT nos processos judiciais eletrônicos (PJe-JT). Já foram solicitadas informações ao Comitê Gestor do e-Gestão acerca da matéria.

3.6 INCIDENTES PROCESSUAIS

	Incidentes processuais								
	2014			2015			2016 (até 29.02)		
	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes
Embargos de declaração	275	274	63	278	299	64	43	25	82
Antecipações de tutela	188	163	39	150	130	54	22	20	54
Impugnações à sentença de liquidação	61	54	41	90	71	54	9	5	56
Embargos à	117	134	58	168	150	76	18	14	78



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

execução									
Embargos à arrematação	1	1	0	2	2	0	0	0	0
Embargos à adjudicação	0	0	0	1	1	0	0	0	0
Exceções de pré-executividade	11	12	7	13	7	13	4	1	16
TOTAL	653	638	208	702	660	261	96	65	286

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.03.2016)

Com base nos dados do quadro acima, constatou-se que foram recebidos 702 incidentes processuais em 2015 na Unidade Judiciária, o que corresponde a uma elevação de 7,50% em relação ao ano anterior. No entanto, percebe-se, também, que o número de incidentes processuais julgados subiu 3,45% na comparação entre os anos de 2014 e 2015, passando de 638 para 660; entretanto, mesmo com essa elevação de julgados, o número total de incidentes processuais pendentes de decisão em 31.12.2015 subiu de 208 para 261 processos. Destaca-se, por fim, que em 29.02.2016 o saldo de incidentes processuais pendentes de decisão alcançou 286 processos, saldo 9,58% superior ao do final do período anterior – sendo que os Embargos de Declaração e os Embargos à Execução são as espécies que correspondem à maior parte (27,27%) dos incidentes ainda pendentes.

Ainda em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses sem que fossem os autos feitos conclusos ao Juiz e/ou sem registro de sua decisão conforme apontamentos no quadro abaixo:

1	Processo nº 0000198-55.2011.5.04.0021
Situação processual: consta do sistema inFOR a oposição, em 10.08.2012, de embargos de declaração pela parte ré. Em 20.08.2012, foi publicado despacho no qual o Juízo encaminhou a petição em comento (processada em autos suplementares) para este TRT, onde se encontravam os autos do processo. Verifica-se, contudo, que não foi dado o andamento correspondente à baixa do incidente no sistema informatizado, de modo que este segue constando como pendente de solução.	
2	Processo nº 0105900-34.2004.5.04.0021
Situação processual: consta do sistema inFOR a apresentação, no dia 18.01.2010, de impugnação à sentença de liquidação pelo reclamante – sendo que, à época, o processo se encontrava neste TRT para julgamento de agravo de petição, do que se infere ter havido equívoco no cadastramento da petição em tela. Não obstante, o incidente processual supostamente oposto pelo demandante segue pendente de solução no sistema informatizado até o presente momento.	
3	Processo nº 0010800-76.2009.5.04.0021
Situação processual: consta do sistema inFOR a apresentação, em 17.04.2015, de embargos à execução pela parte ré. Em 29.04.2015, foi publicado despacho no qual o Juízo deixou de receber o incidente processual apresentado, por falta de objeto. Verifica-se, contudo, que não foi dado o andamento correspondente à baixa do incidente no sistema informatizado, de modo que este segue constando como pendente de solução.	



4

Processo nº 0001227-09.2012.5.04.0021

Situação processual: consta do sistema inFOR a apresentação, em 10.02.2015, de **exceção de pré-executividade** pela parte ré. Em 20.02.2015, foi publicado despacho no qual o Juízo deixou de receber o incidente processual apresentado, por incabível. Verifica-se, contudo, que não foi dado o andamento correspondente à baixa do incidente no sistema informatizado, de modo que este segue constando como pendente de solução.

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 18.03.2016)

Assim, diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.

4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO

4.1 FASE DE CONHECIMENTO

		Prazos médios (em dias)				
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 29.02)	Variação 2015-2016
Do ajuizamento da ação à prolação da sentença	Média Sumaríssimo	102,51	97,77	-4,63%	182,00	86,16%
	Média Ordinário	211,04	212,63	0,75%	293,11	37,85%
	Média Geral	200,14	200,57	0,21%	286,38	42,78%

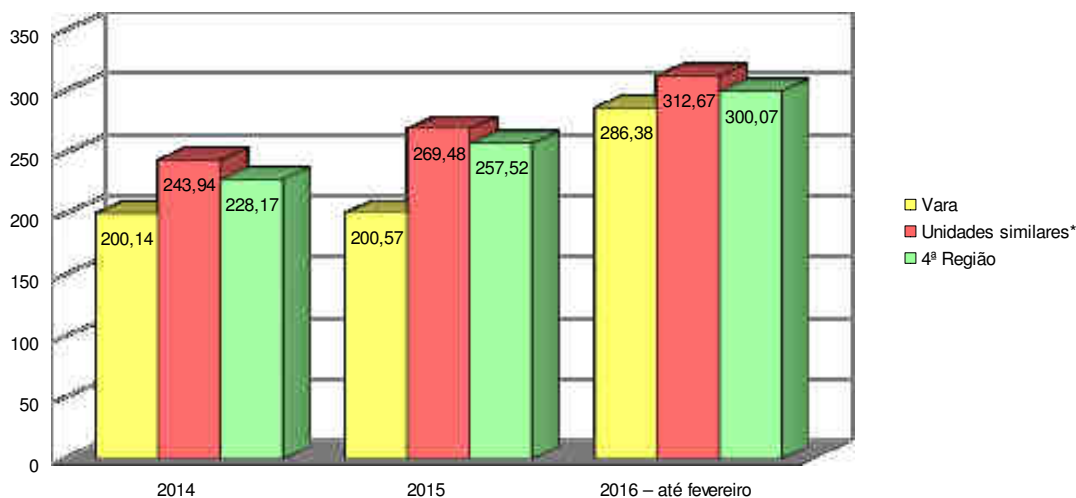
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.03.2016)

No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença na 21ª Vara do Trabalho de Porto Alegre apresentou uma elevação de 0,21%, passando de 200,14 para 200,57 dias. No rito sumaríssimo, o prazo médio registrou queda de 4,63% em relação à média do ano anterior, passando de 102,51 para 97,77 dias; por sua vez, o rito ordinário registrou um prazo médio de 212,63 dias, apenas 0,75% mais moroso na comparação com 2014.

A seu turno, o lapso médio de tramitação processual total na fase de conhecimento na Unidade Judiciária em 2015 foi 25,57% mais célere (68,91 dias) que a média das unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual, e 22,12% mais célere (56,95 dias) que a média de todas as Unidades de 1ª instância do TRT4, ampliando diferença verificada no ano de 2014. Especificações no gráfico abaixo:



Prazo médio total - fase de conhecimento



4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

		Prazos médios (em dias)				
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 29.02)	Variação 2015-2016
Do início ao encerramento da liquidação	Média Sumaríssimo	189,23	160,87	-14,99%	167,17	3,92%
	Média Ordinário	221,06	215,63	-2,46%	252,27	16,99%
	Média Geral	218,26	213,39	-2,24%	242,25	13,53%

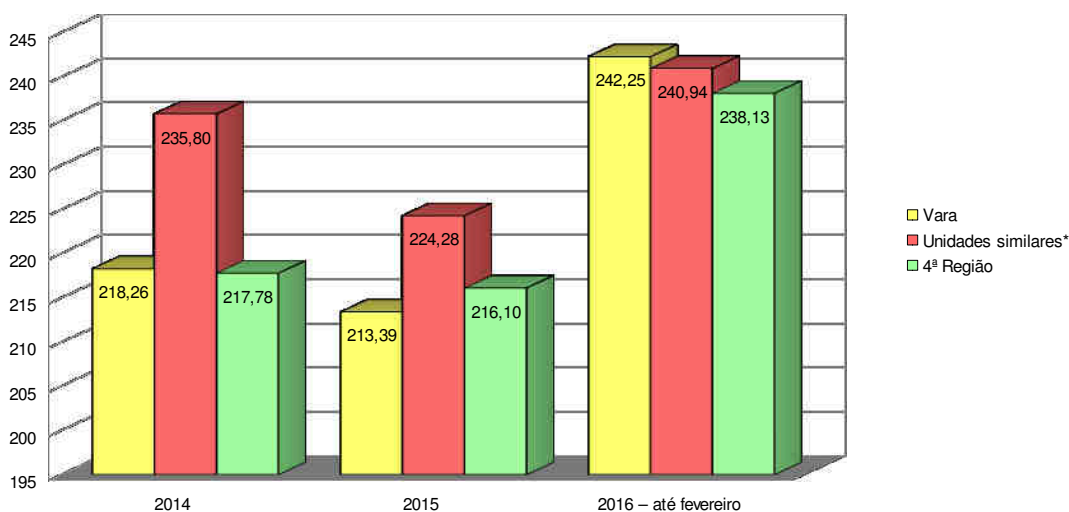
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.03.2016)

No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação, no rito sumaríssimo, foi de 160,87 dias, o que equivale a uma redução de 14,99% em relação à média do ano anterior. Por sua vez, no rito ordinário, o prazo médio alcançou 215,63 dias, 2,46% mais célere na comparação com 2014.

Por conta da queda registrada, constatou-se que o lapso de tramitação processual total na fase de liquidação na Unidade Judiciária em 2015 foi 4,86% mais célere (10,89 dias) que o desempenho de todas as Varas Trabalhistas constantes da mesma faixa de movimentação processual e 1,25% mais ágil (2,71 dias) na comparação com a média da 1ª instância de toda a 4ª Região, conforme apontado no gráfico abaixo:



Prazo médio total - fase de liquidação



4.3 FASE DE EXECUÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 29.02)	Variação 2015-2016
Do início ao encerramento da execução	Média Ente privado	559,15	578,15	3,40%	494,17	-14,53%
	Média Ente público	1.283,04	964,38	-24,84%	2.744,90	184,63%
	Média Geral	599,08	602,96	0,65%	935,49	55,15%

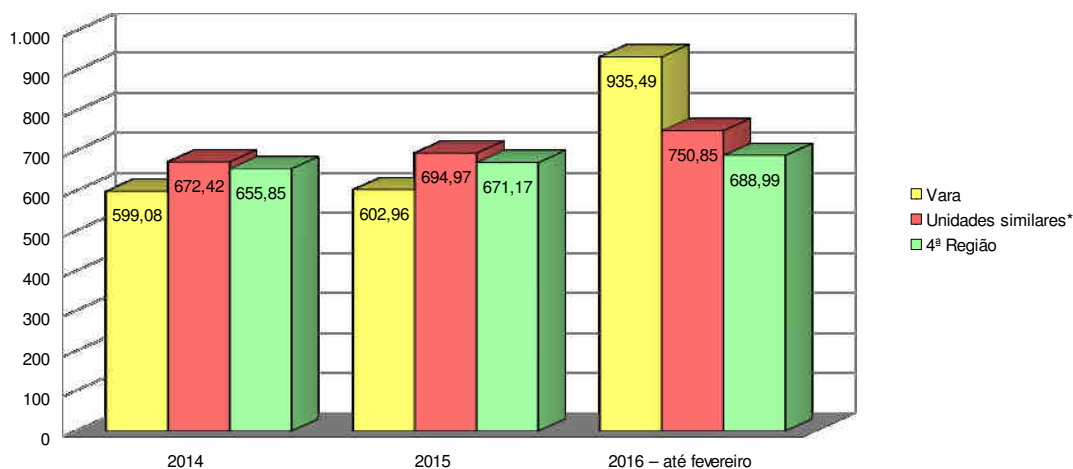
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.03.2016)

O prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da fase de execução, nos processos em que o executado era ente privado, avançou de 559,15 dias, em 2014, para 578,15 dias, em 2015 – prazo 3,40% maior que a do período anterior. Por sua vez, quando o executado era ente público, o prazo médio de tramitação na fase de execução caiu de 1.283,04 dias, em 2014, para 964,38, em 2015, o que equivale a uma queda de 24,84% na comparação com 2014.

Na comparação com os dados das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual em 2015, apresentados no gráfico abaixo, constatou-se que o tempo de tramitação total na fase de execução na 21ª Vara do Trabalho de Porto Alegre foi 13,24% mais célere (92,01 dias) que a média das demais unidades na mesma faixa de movimentação processual, e 10,16% mais curto (68,21 dias) que a média de toda a 4ª Região. Sinala-se que, em 2015, mesmo a Unidade tendo apresentado desempenho ligeiramente abaixo daquele verificado em 2014, ainda foi melhor que o das demais unidades similares.



Prazo médio total - fase de execução



5 METAS

5.1 METAS DO CNJ – ANO DE 2015

5.1.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2015 CNJ			
Distribuídos até 31.12.2015	Solucionados até 31.12.2015	%	Resultado
1.691	1.611	95,27%	Meta não cumprida

5.1.2 Meta 2: “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.

META 2/2015 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2013	Processos distribuídos até 31.12.2013 e julgados entre 1º.01.2014 e 31.12.2015	%	Resultado
1.149	1.089	94,78%	Meta cumprida

5.1.3 Meta 5: “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2015 CNJ			
Casos novos de execução em 2015	Execuções baixadas* em 2015	Grau de Cumprimento	Resultado
480	459	95,63%	Meta não cumprida

* Segundo o Glossário das Metas de 2015, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pendente apenas pagamento de custas processuais.



5.1.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

META 6/2015 CNJ			
Ações coletivas não julgadas até 31.12.2012 (exceto os suspensos)	Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 e julgadas entre 1º.01.2013 e 31.12.2015	Grau de cumprimento	Resultado
9	9	100,00%	Meta cumprida

5.1.5 Meta 7: “Identificar e reduzir em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.

META 7/2015 CNJ					
Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2014		Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Acervo de processos tramitando em 31.12.2015	Valor que deveria ser alcançado em 31.12.2015	Resultado
1º	Wms Supermercados do Brasil Ltda.	28	31	27	Meta não cumprida
2º	Estado do Rio Grande do Sul	31	16	30	Meta cumprida
3º	Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	11	5	10	Meta cumprida
4º	Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	6	6	5	Meta não cumprida
5º	União	232	39	228	Meta cumprida
6º	OI S.A.	24	18	23	Meta cumprida
7º	Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	18	5	17	Meta cumprida
8º	Caixa Econômica Federal - CEF	11	12	10	Meta não cumprida
9º	Banco do Brasil S.A.	5	5	4	Meta não cumprida
10º	Hospital Nossa Senhora da Conceição	17	24	16	Meta não cumprida

5.1.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:

a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014”.



META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO				
Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	Prazo médio na Unidade em 2014	Prazo médio da Unidade em 2015	Prazo médio que deveria ter sido alcançado em 2015	Resultado
228,17	200,14	200,57	198,14	Meta não cumprida

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO						
	2013	2014	Média 2013/2014	2015	Meta para 2015	Resultado
Total de acordos	567	599	583	631	589	Meta cumprida

5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2016

5.2.1 Meta 1: *“Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.*

META 1/2016 CNJ			
Distribuídos até 29.02.2016	Solucionados até 29.02.2016	%	Resultado parcial (até fevereiro)
222	173	77,93%	Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta

5.2.2 Meta 2: *“Julgar, até 31.12.2016, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2014”.*

META 2/2015 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2014	Processos distribuídos até 31.12.2014 e julgados entre 1º.01.2015 e 29.02.2016	%	Resultado parcial (até fevereiro)
869	811	93,33%	Meta já cumprida

5.2.3 Meta 3: *“Aumentar em 2% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.*



META 3/2016 CNJ						
	2013	2014	Média 2013/2014	2016 (até 29.02)	Meta para 2016	Resultado parcial (até fevereiro)
Total de acordos	567	599	583	42	595	Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta
Média mensal de acordos	47,25	49,92	48,58	21,00	49,58	

5.2.4 Meta 5: “Baixar, em 2016, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2016 CNJ			
Casos novos de execução em 2016	Execuções baixadas* em 2016 (até 29.02)	Grau de Cumprimento	Resultado parcial (até fevereiro)
73	74	101,37%	Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta

* Segundo o Glossário das Metas de 2016, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.

5.2.5 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2016 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2013, no primeiro grau, e até 31.12.2014, no segundo grau”.

META 6/2016 CNJ			
Ações coletivas não julgadas até 31.12.2013 (exceto os suspensos)	Ações coletivas distribuídas até 31.12.2013 e julgadas entre 01.01.2014 e 29.02.2016	Grau de cumprimento	Resultado
4	3	75,00%	Meta ainda não cumprida

1 **Processo nº 0000909-89.2013.5.04.0021**

Situação processual: conforme consulta ao sistema inFOR, trata-se de Ação Civil Pública ajuizada em 05.07.2013 pelo Ministério Público do Trabalho em face de Unnisat Segurança, Tecnologia e Serviços Ltda. e que, após a produção de prova documental e pericial (grafodocumentoscópica), encontra-se concluso com a magistrada Rita Volpato Bischoff desde 15.03.2016, aguardando prolação de sentença.

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 18.03.2016)

5.2.6 Meta 7: “Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.



META 7/2016 CNJ					
Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2015		Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2015	Acervo atual (29.02.2016)	Número máximo de processos tramitando em 31.12.2016 para alcance da meta	Resultado parcial (até fevereiro)
1º	Wms Supermercados do Brasil Ltda.	31	25	30	Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta
2º	União	39	11	38	
3º	Estado do Rio Grande do Sul	16	18	15	
4º	Caixa Econômica Federal - CEF	12	11	11	
5º	Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	6	6	5	
6º	OI S.A.	18	15	17	
7º	Banco do Estado do Rio Grande do Sul	21	19	20	
8º	Claro S.A.	31	30	30	
9º	Hospital Nossa Senhora da Conceição	24	27	23	
10º	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	12	16	11	

6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente às segundas, terças, quartas e quintas pela manhã e pela tarde. A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo.

J1	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	-	-	-	4(P)	-
Tarde	-	3(I) 5(P)	3(I) 5(P)	20 a 25 (I) 3(U)	-

(Fonte: Informação da Diretora de Secretaria em 19.04.2016)

J2	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	16(I) 3(U)	3(P)	3(P)	-	-
Tarde	6(P)	-	-	-	-



(Fonte: Informação da Diretora de Secretaria em 19.04.2016)

* Na segunda sexta-feira do mês, geralmente, é designada pauta para tentativa de conciliação.

Legenda:

I – Audiências iniciais de rito ordinário

U – Audiências unas de rito sumaríssimo

P – Audiências de prosseguimento

CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias

E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução

6.2 PAUTAS LIVRES

Tipo	Última Data Marcada		Próxima Data Livre	
	J1	J2	J1	J2
Inicial	23.06.2016	30.05.2016	18.05.2016	30.05.2016
Una Sumaríssimo	23.06.2016	30.05.2016	21.06.2016	30.05.2016
Instrução	20.07.2016	16.09.2016	20.07.2016	16.09.2016
Tentativa de acordo em execução	-	-	-	-

(Fonte: Informação da Diretora de Secretaria em 19.04.2016)

6.3 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS INICIAIS

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 29.02)	Variação 2015-2016
Do Ajuizamento da Ação até a Realização da 1ª Audiência	Média Sumaríssimo	57,71	46,84	-18,84%	70,29	50,07%
	Média Ordinário	60,77	59,26	-2,49%	81,67	37,81%
	Média Geral	60,40	57,90	-4,14%	80,70	39,38%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.03.2016)

O prazo médio das audiências iniciais no rito sumaríssimo foi reduzido de 57,71 dias, em 2014, para 46,84 dias, em 2015 (queda de 18,84%). Outrossim, o prazo médio da audiência inicial do rito ordinário caiu de 60,77 dias, em 2014, para 59,26 dias, em 2015 (queda de 2,49%).

É oportuno esclarecer, ainda, que os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências determinados, o que pode elastecer a média verificada. O exame do tópico, portanto, deve ser realizado de forma conjunta com o item anterior, no qual constam informações sobre as pautas efetivamente disponíveis em consulta ao livro pauta no momento da inspeção.



6.4 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS DE ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 29.02)	Variação 2015-2016
Da Realização da 1ª Audiência até o Encerramento da Instrução	Média Sumaríssimo	33,80	27,32	-19,16%	32,90	20,41%
	Média Ordinário	103,11	105,27	2,09%	132,27	25,66%
	Média Geral	94,40	95,89	1,58%	120,30	25,45%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.03.2016)

As audiências de prosseguimento no rito sumaríssimo, quando necessário, tiveram o prazo reduzido de 33,08 dias, em 2014, para 27,32 dias, em 2015 (queda de 19,16%). Todavia, o rito ordinário registrou aumento da média de 103,11 dias, em 2014, para 105,27 dias, em 2015 (elevação de 2,09%).

6.5 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

2015					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Eduardo Batista Vargas	729	401	121	30	1.281
Rita Volpato Bischoff	559	467	96	15	1.137
(Juiz não informado)	0	1	0	0	1
Total	1.288	869	217	45	2.419

2016 (até 29.02)					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Charles Lopes Kuhn	56	25	10	1	92
Rita Volpato Bischoff	33	31	6	1	71
Total	89	56	16	2	163

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.03.2016)

6.6 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1 e 6.5 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Constatou-se que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juízes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.



6.7 PROCESSOS SOLUCIONADOS

2015						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
Eduardo Batista Vargas	358	328	8	694	118	812
Juliana Oliveira	-	1	0	1	-	1
Patrícia Bley Heim	4	7	0	11	-	11
Rita Volpato Bischoff	269	377	10	656	120	776
Atila da Rold Roesler	-	9	0	9	2	11
Total	631	722	18	1.371	240	1.611

2016 (até 29.02)						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
Charles Lopes Kuhn	18	2	0	20	11	31
Eduardo Batista Vargas	-	56	1	57	1	58
Rita Volpato Bischoff	24	55	1	80	4	84
Total	42	113	2	157	16	173

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.03.2016)

6.8 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS

Esta Corregedoria dá ênfase às sentenças não proferidas no prazo de 50 dias, em atenção ao §3º do art. 6º da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e ao processo de Consulta 5202-74.2016.5.00.0000 do CSJT.

O Juiz Substituto **Charles Lopes Kuhn** possui **04** processos pendentes de prolação de sentença há mais de 50 dias. A conclusão mais antiga ocorreu em 22.01.2016.

O Juiz Substituto **Eduardo Batista Vargas** possui **22** processos pendentes de prolação de sentença há mais de 50 dias. A conclusão mais antiga ocorreu em 17.09.2015.

A Juíza Substituta **Juliana Oliveira** possui **01** processo pendente de prolação de sentença há mais de 50 dias, com conclusão desde 17.12.2015.

A Juíza Substituta lotada, **Rita Volpato Bischoff**, possui **56** processos pendentes de prolação de sentença há mais de 50 dias, cuja conclusão mais antiga é datada de 04.11.2015.

Não se constataram processos pendentes de sentença há mais de 50 dias em relação aos demais juízes que atuaram na Unidade Judiciária.

No total, há **83** processos conclusos para sentença há mais de 50 dias na Unidade Judiciária.

(Fonte: Consulta ao Projeto BI TRT4 em 18.04.2016, com dados consolidados pelo Projeto até o dia 11.04.2016. 50 dias anteriores à data da consolidação dos dados: 21.02.2016)



7 ROTINAS DE SECRETARIA

A divisão do trabalho na Unidade é realizada por tarefa tanto nos processos físicos como nos processos eletrônicos. A Diretora de Secretaria informou que atualmente o quadro de servidores está completo, fato que permite melhor organização das atividades.

7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES e OFÍCIOS

Os despachos urgentes são cumpridos no máximo em 24 horas e os demais em até 7 dias após a assinatura do despacho.

7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, AUTORIZAÇÕES JUDICIAIS, PRECATÓRIOS E RPV'S

No dia da correição estavam sendo cumpridos mandados assinados no dia 04.04.2016.

7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS

Por ocasião da correição, constatou-se que estão sendo expedidos alvarás com despacho assinado em 04.04.2016.

7.4 DESPACHOS DE PROTOCOLO

No dia da correição estavam sendo apreciadas as petições protocoladas em 12.04.2016.

7.5 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

Por ocasião da correição estava sendo certificado o prazo até o dia 30.03.2016.

7.6 REMESSA DE AUTOS AO TRT

A remessa de processos ao TRT é realizada uma vez por semana ou de acordo com a necessidade.

7.7 CONVÊNIOS

A Unidade utiliza todos os convênios disponíveis. Havia alguns processos pendentes para realização do BacenJud.

7.8 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

O arquivamento dos processos é realizado semanalmente ou de acordo com a necessidade.



7.9 PROCEDIMENTO EM RELAÇÃO AO BNDT

A inscrição no BNDT é realizada após o retorno do BacenJud negativo. A retirada é feita após o decurso do prazo de embargos e do despacho determinando a expedição de alvarás.

7.10 EXAME DOS LIVROS

7.10.1 Advogados – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0045500-49.2007.5.04.0021* ¹	05.03.2015	1 ano e 6 dias
2	0000819-81.2013.5.04.0021* ²	24.08.2015	6 meses e 17 dias
3	0128800-50.2000.5.04.0021* ²	13.10.2015	4 meses e 28 dias
4	0027400-12.2008.5.04.0021* ²	03.11.2015	4 meses e 8 dias
5	0000566-30.2012.5.04.0021* ²	04.11.2015	4 meses e 7 dias
6	0112100-67.1998.5.04.0021* ²	12.11.2015	3 meses e 29 dias
7	0117300-79.2003.5.04.0021* ²	16.11.2015	3 meses e 25 dias
8	0000051-29.2011.5.04.0021* ²	23.11.2015	3 meses e 18 dias
9	0001447-07.2012.5.04.0021	27.11.2015	3 meses e 14 dias
10	0000994-75.2013.5.04.0021	04.12.2015	3 meses e 7 dias
11	0089700-73.2009.5.04.0021* ²	10.12.2015	3 meses
12	0011100-09.2007.5.04.0021* ²	18.12.2015	2 meses e 23 dias
13	0001478-61.2011.5.04.0021* ²	29.01.2016	1 mês e 12 dias
14	0000188-40.2013.5.04.0021* ²	11.02.2016	1 mês
15	0000371-79.2011.5.04.0021* ²	16.02.2016	25 dias
16	0081000-16.2006.5.04.0021	22.02.2016	19 dias
17	0005500-07.2007.5.04.0021	22.02.2016	19 dias
18	0026600-72.1994.5.04.0021	22.02.2016	19 dias
19	0000038-30.2011.5.04.0021	22.02.2016	19 dias
20	0064300-62.2006.5.04.0021* ²	23.02.2016	18 dias
21	0000602-38.2013.5.04.0021	26.02.2016	15 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 10.03.2016)

*¹ Processo nº 0045500-49.2007.5.04.0021: Não há nenhuma cobrança dos autos pela Secretaria desde a retirada dos autos pelo procurador do INSS/PGF, em 25.02.2015.

*² Processos nos quais foram expedidas notificações para cobrança dos autos. No entanto, as cobranças foram realizadas em lapso muito superior há 10 dias do vencimento da carga.



7.10.2 Peritos – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0025800-24.2006.5.04.0021	23.11.2015	3 meses e 18 dias
-	0000556-49.2013.5.04.0021*	1º.02.2016	-
2	0000293-51.2012.5.04.0021	10.02.2016	1 mês
3	0001046-76.2010.5.04.0021	25.02.2016	16 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 10.03.2016)

* Processo nº 0000556-49.2013.5.04.0021: Houve dilação de prazo ao perito mas não há indicação do prazo final no inFOR.

8 EXAME DOS PROCESSOS

Para as análises realizadas nos itens seguintes, foram extraídas duas listagens distintas no sistema inFOR. No item 8.1, são analisados 11 autos físicos, escolhidos a partir da listagem de 50 processos aleatórios gerada pelo Sistema e disponibilizada para fins de correição à Assessoria Jurídica da Corregedoria. Para a análise do item 8.2, extraiu-se do sistema inFOR, em 10.03.2016, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, a qual totalizou **287 processos**. Esse item verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados pela Unidade Judiciária.

8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

1	0000084-48.2013.5.04.0021
Aspectos gerais dos autos*: termos e certidões firmadas por estagiário como por exemplo as de fls. 219, 219, 220, 255, 256, 257, 313-v; devolução dos autos sem identificação do servidor signatário (fls. 321 e 342). Movimentação processual: considerando-se o trânsito em julgado certificado em 27.04.2015 (fl. 311), homologação dos cálculos de liquidação apresentados pela reclamante em 13.07.2015 (fl. 346), e depósito judicial dos valores em 04.09.2015 (fl. 349). Os alvarás foram expedidos em 29.09.2015 (fl. 360). Extinta a execução em 30.11.2015 (fl. 366), o prazo para retirada dos documentos pela parte autora expirou em 07.03.2016, já tendo sido determinado o arquivamento do feito.	
2	0060700-96.2007.5.04.0021
Aspectos gerais dos autos*: nada a apontar. Movimentação processual: Desarquivamento do feito em 22.08.2013 (fl. 377); aguarda desde 29.08.2013, transferência de valores oriundos da penhora no rosto dos autos junto à 9ª vara do Trabalho de Porto Alegre (fl. 380).	
3	0001405-55.2012.5.04.0021
Aspectos gerais dos autos*: certidão firmada por estagiário (fls. 219, 266-v); devolução dos autos sem identificação do servidor signatário (como exemplo, fls. 273-v, 284-v, 286-v); Movimentação processual: considerando-se que os cálculos de liquidação foram homologados em 29.05.2015 (fl. 290), e não havendo o pagamento, foi realizado o bloqueio judicial de valores (BACEN) em 27.08.2015. Sem êxito, foi realizada a penhora de veículo em 02.10.2015 (fl. 301), com autorização para a venda judicial em 28.01.2016 (fl. 317).	



4	0000607-60.2013.5.04.0021
<p>Aspectos gerais dos autos*: carga dos autos deferida por estagiário e devolução sem identificação do servidor signatário (fl. 229); Movimentação processual: petição do autor protocolada em 08.03.2016 (fl. 260), foi juntada aos autos em 10.03.2016, com decisão em 15.03.2016, determinando o bloqueio judicial dos valores junto ao sistema BacenJud (fl. 263). Principal entrave: acordo realizado na fase de execução (fl. 227), que foi descumprido.</p>	
5	0000318-98.2011.5.04.0021
<p>Aspectos gerais dos autos*: nada a apontar, exceto o que já consta acima quanto a termos e certidões firmados por estagiários, a exemplo das fls. 1637, 1652, 1677-v, 1710, 1722-v, 1725-v, além da devolução dos autos sem identificação do servidor signatário (fl. 1754, por ex.); Movimentação processual: Não se observa a demora do impulso processual, exceto em poucas oportunidades, como por ex., para homologação dos cálculos, juntados pelo autor em 05.06.2015 (fl.1722-v), e a decisão em 20.07.2015 (fl. 1731). Principal entrave: Em que pese o trânsito em julgado da decisão tenha sido certificado nos autos em 24.09.2014 (fl. 1505), as fases de liquidação e execução transcorrem de forma lenta, pois o polo passivo inicialmente foi composto por nove reclamados, tendo sido realizados acordos parciais na fase de instrução e de execução, com a exclusão das rés, conforme consta da decisão das fls. 1751/1752, assim como homologação da desistência do autor em relação às reclamadas apontadas à fl. 1751.</p>	
6	0067900-28.2005.5.04.0021
<p>Aspectos gerais dos autos*: nada a apontar, exceto o que já consta acima quanto a termos e certidões firmados por estagiários, a exemplo da fl. 1838, além da devolução dos autos sem identificação do servidor signatário (fl. 1839, por ex.); certidão sem assinatura da servidora à fl. 1863. Movimentação processual: Determinada a realização de bloqueio judicial de valores em 20.11.14 (fl. 1814), a sua efetivação deu-se em 27.11.2014 (fl. 1816); Impugnação à sentença de liquidação protocolada em 29.02.2016, a petição foi juntada em 01.03.2016 e a decisão que a recebe data de 08.03.2016.</p>	
7	0000204-96.2010.5.04.0021
<p>Aspectos gerais dos autos*: nada a apontar, exceto quanto a termos e certidões firmados por estagiários, a exemplo das fls. 1191 e 1223, além da devolução dos autos sem identificação do servidor, fl. 1217, por exemplo. Movimentação processual: cálculos de liquidação foram homologados em 08.10.2014; a reclamada apresenta embargos à execução em 05.12.2014, que são julgados em 13.03.2015 (autos conclusos em 12.02.2015); julgado o agravo de petição, os autos retornam à Vara em 27.08.2015, onde são expedidos os alvarás dos valores ainda remanescentes (em 15.09.2015); em 01.02.2016, o reclamante foi intimado para manifestação acerca dos valores depositados na conta vinculada do FGTS (fl. 1239).</p>	
8	0111400-81.2004.5.04.0021
<p>Aspectos gerais dos autos: termos e certidões firmados por estagiários, a exemplo das fls. 750-v e 756; termo de juntada tornado “sem efeito” de forma irregular a fl. 755-v. Movimentação processual: À fl. 728, foi nomeada Fernanda Terres de Paula como leiloeira oficial; a autorização judicial é feita em nome de Marcello Pereira de Oliveira (fl. 733), sem que tenha havido qualquer retificação nos autos.</p>	
9	0000095-77.2013.5.04.0021
<p>Aspectos gerais dos autos*: termos e certidões firmados por estagiários, a exemplo das fls. 607-v, 652 e 667; termo de juntada firmado por servidor não identificado a fl. 667-v. Movimentação processual: petição protocolada em 18.11.2015 (fl. 705), juntada aos autos em 23.11.2015 (fl. 704-v); determinação de expedição de alvará do valor do depósito recursal em decisão datada de 16.11.2015 e cumprida em 02.12.2015 (fl. 793). Principal entrave: processo</p>	



movido inicialmente contra a ULBRA/TV, tendo sido reconhecida a fraude e redirecionada a execução à Associação dos Funcionários da Comunidade Evangélica Luterana de São Paulo de Palmas, conforme decisão da fl. 794.

10

0090500-77.2004.5.04.0021

Aspectos gerais dos autos*: nada a apontar. **Movimentação processual:** demora no impulso processual quando do retorno da notificação da fl. 854 em 17.03.2015 e a determinação de nova intimação em 06.05.2015 (fl. 855); determinação de citação da fl. 878 em 14.01.2016 e o respectivo mandado foi expedido em 19.02.2016 (fl.879). **Principal entrave:** dificuldade de localização dos sócios das reclamadas.

11

0000395-39.2013.5.04.0021

Aspectos gerais dos autos: *: termos e certidões firmados por estagiários, a exemplo das fls. 475/476; **Movimentação processual:** acordo em petição conjunta das partes (fls. 457/458) homologado perante a Seção de Conciliação (fl. 459), em 09.06.2015 para liberação do depósito recursal à reclamante com alvará expedido na mesma data pela JACEP (fl. 461); a execução prosseguiu em relação a cota parte da Previdência Social do reclamante, já tendo havido bloqueio judicial dos valores (fls. 486/487) em 29.02.2016.

* Os aspectos gerais dos autos são analisados a partir do início do período correccionado, em janeiro de 2015.

8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No quadro abaixo, são listadas as práticas irregulares da Unidade quando do registro de andamentos no INFOR, auferidas no exame da listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, extraída em 10.03.2016.

Autos aguardando arquivamento – Processos Exemplos:	
0001320-35.2013.5.04.0021	0001256-25.2013.5.04.0021
0001525-98.2012.5.04.0021	0001547-59.2012.5.04.0021
Demora no impulso processual e/ou registros desatualizados – Processos Exemplos:	
0001392-56.2012.5.04.0021	0000912-44.2013.5.04.0021
0000632-73.2013.5.04.0021	0025300-55.2006.5.04.0021
0114500-25.1996.5.04.0021	0001063-15.2010.5.04.0021
0053300-02.2005.5.04.0021	0021800-15.2005.5.04.0021
0000463-57.2011.5.04.0021	0001257-10.2013.5.04.0021
0001119-77.2012.5.04.0021	0000009-72.2014.5.04.0021
0001148-30.2012.5.04.0021	0000492-39.2013.5.04.0021
0000425-11.2012.5.04.0021	0001008-59.2013.5.04.0021



8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que a Unidade Judiciária **observa** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, de que trata do pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal. Salienta-se que a referida Consolidação vigeu até 15.03.2016, por quase todo o período correccionado. De todo modo, a nova Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, em seu art. 26,1, repete “ipsis litteris” o art. 18, I, supracitado.

8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Conforme informação do Assistente de Diretor de Secretaria, o valor do depósito recursal é abatido do valor da conta para citação; no entanto, a liberação em favor do credor somente é realizada posteriormente. Relatou, ainda, que é verificado caso a caso.

8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Por ocasião da correição, o Assistente de Diretor de Secretaria informou que a tentativa de bloqueio via BacenJud ocorre antes da citação dos sócios.

9 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe

Conforme Cronograma de Implantação do Processo Judicial Eletrônico deste Regional aprovado pelo TST, o PJe foi implantado na Unidade Judiciária em 23.09.2013.

Foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada remotamente no dia 13.04.2016, e na Unidade Judiciária na data da inspeção. A posição, na data da visita correccional, é a que segue:

Agrupador	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Processos com petições avulsas	20	0021142-39.2015.5.04.0021	01.04.16
Processos com habilitações não lidas	10	0020335-53.2014.5.04.0021	06.04.16
Processos com pedido de liminar	-	-	-
Processos com petições não apreciadas	186	0021443-392015.5.04.0021	11.04.16
Processos com mandados devolvidos OJ	36	0021004-72.2015.5.04.0021	31.08.16
Processo sob análise de prevenção	277	-	-
Processos com audiências não designadas	55	-	-



Pasta	Fase	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Apreciar urgentes	-	01	0020512-46.2016	12/04
Apreciar dependência	-	05	0020479-56.2016	07/04
Aguardando cumprimento de providência	1-Conhecimento	288	0021442-35.2014	28/03
Aguardando ciência	1-Conhecimento	01	0021529-88.2014	13/04
Aguardando término dos prazos	1-Conhecimento	159	-	-
Análise do Conhecimento	1-Conhecimento	04	0021238-27.2015	14/04
Controle de Sobrestamento/Suspensão	1-Conhecimento	01	0020328-27.2015	10/08
Prazos vencidos	1-Conhecimento	146	0020135-46.2014	01/04
Triagem inicial	1-Conhecimento	18	0020520-23.2016	14/04
Aguardando cumprimento de providência	2-Liquidação	12	0021237-69.2015 – subpasta Prazo 2016/04 – 20 a 30	13/11
Aguardando término dos prazos	2-Liquidação	52	0021370-48.2014	28/03
Análise de Liquidação	2-Liquidação	02		18/04
Prazos vencidos	2-Liquidação	51	0021227-59.2014	01/04
Aguardando cumprimento de providência	3-Execução	71	0021140-06.2014 – subpasta Montecastelo	13/08
Aguardando término dos prazos	3-Execução	69	0020675-94.2014	13/03
Análise de Execução	3-Execução	15	0020143-57.2013 – subpasta Simone	23/11
Controle de Sobrestamento/Suspensão	3-Execução	01	0020466-28.2014	28/04/2015
Prazos vencidos	3-Execução	32	0021598-23.2014	05/04

Em relação aos agrupadores, percebeu-se que não estão bem atualizados. O agrupador “Processos sob análise de prevenção” possui 277 processos, os quais já não se encontram mais nessa situação. Em relação às audiências não designadas, cita-se, por amostragem, o processo 00320-16.2016.5.04.0021, que já possui sentença.

No que tange às tarefas e às caixas criadas, a Vara está bem organizada, o que facilita a visualização e compreensão dos andamentos processuais executados nos processos eletrônicos. Há, contudo, algumas considerações a serem feitas:

No processo 0021442-35.2014.5.04.0021 referido no quadro acima, na tarefa “Aguardando cumprimento de Providência”, apontado como pendente desde 28.03.2016, foi impulsionado na data da correição para a tarefa “Analisar Despacho – Liq”.

Na tarefa “Apreciar admissibilidade recurso” há dois processos mais antigos, pendentes desde 11.03 e 16.03.2016 (0020520-57.2015.5.04.0021 e 0020594-14.2015.5.04.0021). Há, ainda, dois processos de 01.04, dois de 06.04, um de 13.04 e um de 16.04.

Em “Minutar despacho” há 13 processos, o mais antigo de 08.03.2016 (0020270-87.2016.5.04.0021), e em “Minutar Decisão” há processos pendentes desde 17.03.2016 (0021337-58.2014.5.04.0021).



Em “Prazos Vencidos” há processos pendentes desde 01.04.2016 nas fases de conhecimento e de liquidação. Na fase de execução há pendência a partir de 05.04.2016.

Em “Trânsito em Julgado”, o processo 0020461-69.2015.5.04.0021 está pendente desde 13.04.2016.

Na tarefa “Iniciar Liquidação” há apenas um processo, 0020477-86.2016.5.04.0021, pendente desde 07.04.2016.

Tarefa “Análise de Execução” há processos com despachos, respectivamente, em 04/11 e 29/03, determinando a consulta ao sistema InfoJud, sem movimentação posterior (0020143-57.2013 e 0020067-33.2013), bem como BacenJud negativo em 18/03 sem movimentação posterior (0020003-86.2014).

Vale referir que dos 12 processos constantes da tarefa relativa ao cumprimento de providência na fase de liquidação, 07 são contra a mesma reclamada (Montecastelo Serviços de Vigilância Ltda). Na mesma tarefa na fase de execução, dos 71 processos, 23 são da referida empresa.

Há a tarefa “Aguardando Cumprimento de Providência-Liq” na aba de conhecimento e a tarefa “Aguardando Cumprimento de Providência-Exec” na aba de liquidação, o que pode ser corrigido com apoio da SETIC.

10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT

A Unidade Judiciária não contou com apoio do Serviço de Apoio Temporário – SAT durante o período correccionado.

11 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE

A Unidade encontra-se muito bem organizada, com servidores e Magistrados efetivamente empenhados na busca de uma prestação jurisdicional célere e eficaz. As instalações físicas são boas e atendem as necessidades da unidade.

As rotinas de secretaria elencadas no item 7 demonstram a excelente movimentação processual pela dinâmica e conduta proativa da gestora e dos servidores da unidade. Salienta-se os excelentes prazos médios da Unidade em todas as fases processuais (conhecimento, liquidação e execução) uma vez que demonstra prazos mais reduzidos que as demais unidades que possuem a mesma movimentação processual. Em relação ao PJe, a par das situações pontuais apontadas no item 09 supra, a Unidade também apresenta um bom fluxo de trabalho.

Outro aspecto positivo a salientar são os excelentes prazos médios para as audiências iniciais, prosseguimento e sumaríssimos.

Constatou-se, ainda, que apesar do expressivo número de processos que tramita na Unidade, existe uma integração entre os servidores e um comprometimento de toda equipe com o trabalho, que reflete no exíguo prazo para apreciação do protocolo e também para certificação do prazo.

Destaca-se, ainda, o comprometimento e o empenho dos Magistrados com a jurisdição, como por exemplo, ao designarem pautas extras de execução



voltadas para a conciliação, realizadas uma vez por mês, na segunda sexta-feira do mês, as quais estão apresentando bom resultado.

Por fim, diante do acima relatado, a Unidade merece ser parabenizada pelo ótimo andamento do trabalho.

12 RECOMENDAÇÕES

ITEM 3.6 (Incidentes Processuais)

Recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

ITEM 5.2.1 (Meta CNJ 1/2016)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta, considerando-se que o número de processos solucionados em 2015 foi inferior ao número de processos distribuídos no mesmo período (item 5.1.1), de forma que a meta CNJ 1/2015 não foi cumprida pela Unidade Judiciária.

ITEM 5.2.4 (Meta CNJ 5/2016)

Considerando-se que a meta correspondente do ano de 2015 não foi cumprida (item 5.1.3), recomenda-se à Unidade Judiciária que envide esforços no arquivamento definitivo do maior número de execuções possível, sugerindo-se incremento na marcação de audiências para tentativa de conciliação, bem como a utilização dos convênios disponibilizados por este TRT4 (Bacen Jud, HOD, Infojud, RENAJUD, JUCERGS, CEEE, INFOSEG, etc.) a fim de simplificar os atos processuais da fase de execução. Recomenda-se, ainda, que sejam tomadas providências para que a revisão final do processo e o seu arquivamento definitivo sejam rotinas prioritárias da Unidade Judiciária.

ITEM 5.2.6 (Meta CNJ 7/2016)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta neste ano, considerando-se que a meta correspondente do ano de 2015 não foi cumprida (item 5.1.5).

ITEM 9 (Processo Judicial Eletrônico – Pje)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que mantenha atualizados os agrupadores, em especial do “Processos sob análise de prevenção” e o relativo às audiências não designadas e, ainda, que solicite à Setic a correção da localização das tarefas “Aguardando Cumprimento de Providência” das fases liquidação e de execução.



13 DETERMINAÇÕES GERAIS

ITEM 3.5.3 (Banco Nacional de Devedores Trabalhistas)

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) efetue a devida anotação quando houver garantia da execução (por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes devidamente formalizada) no respectivo campo do sistema informatizado;
- b) sempre que determinada a extinção da execução ou o arquivamento dos autos, verifique a situação dos executados em relação ao BNDT, evitando, assim, as situações descritas no item 3.5.3.

ITEM 7 (Rotinas de Secretaria)

Determina-se a observância do estabelecido no PA 2821-58 (fls. 212, 238 e 239) na execução dos serviços da estagiária, evitando lançar certidões ou expedir documentos.

ITEM 8.1 (Análise dos Processos Físicos)

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) havendo necessidade de retificação de termos e certidões, observe o art. 149 da CPCR;
- b) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, de imediato, as determinações contidas nos despachos, conforme determina o art. 190 do CPC.

14 DETERMINAÇÕES ESPECÍFICAS

14.1 SECRETARIA

ITEM 3.5.3. (Banco Nacional de Devedores Trabalhistas)

Determina-se que a Unidade Judiciária efetue a exclusão dos devedores do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) **nos processos descritos no item 3.5.3**, com o registro no campo “quitado” na respectiva aba do sistema inFOR. Destaca-se que esse procedimento deve ser sempre efetuado com prioridade, nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011.

ITEM 3.6 (Incidentes Processuais)

Determina-se que a Unidade Judiciária, a fim de sanar as distorções estatísticas verificadas:

- a) efetue o lançamento dos andamentos informatizados, com data retroativa a 20.08.2012, relativos à conclusão para julgamento dos embargos de declaração opostos pela parte ré e da decisão que extinguiu, sem resolução



- do mérito, o referido incidente processual no processo nº 0000198-55.2011.5.04.0021;
- b) verifique se a petição protocolada em 18.01.2010 no processo nº 0105900-34.2004.5.04.0021 realmente se trata de impugnação à sentença de liquidação. Não se confirmando isso, determina-se a exclusão do andamento no sistema informatizado e a substituição deste pelo que melhor se adapte à manifestação; caso contrário, os autos deverão ir conclusos ao juiz para apreciação do incidente processual ou, caso a matéria nele ventilada já tiver sido apreciada (ou restado prejudicada), a Secretaria deverá lançar os andamentos de conclusão e de decisão do incidente com data retroativa;
- c) efetue o lançamento dos andamentos informatizados, com data retroativa a 29.04.2015, relativos à conclusão para julgamento dos embargos à execução apresentados pela parte ré e da decisão que deixou de receber o referido incidente processual no processo nº 0010800-76.2009.5.04.0021;
- d) efetue o lançamento dos andamentos informatizados, com data retroativa a 20.02.2015, relativos à conclusão para julgamento da exceção de pré-executividade apresentada pela parte ré e da decisão que deixou de receber o referido incidente processual no processo nº 0001227-09.2012.5.04.0021.

ITEM 5.2.4. (Meta CNJ 6/2016)

Determina-se que a Unidade Judiciária tome as medidas necessárias para que o processo nº 0000909-89.2013.5.04.0021 tenha tramitação prioritária, com prolação de sentença no menor prazo possível.

ITEM 6.3 (Prazo médio das audiências iniciais)

Determina-se que, quando da organização da pauta de audiências, a Unidade observe o caráter prioritário dos processos do rito sumaríssimo, e adote as providências necessárias para o cumprimento do prazo de 15 dias para designação da audiência inicial, estabelecido no art. 852-B, III, da CLT, assim como que não seja excedido o lapso de 40 dias para marcação de audiências iniciais.

ITENS 7.10.1 e 7.10.2 (Advogados e Peritos – Cargas vencidas há mais de 10 Dias)

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados nos itens 7.10.1 e 7.10.2 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPR.



ITEM 8.2 (Irregularidades nos andamentos no InFOR)

A listagem de andamentos sem movimentação há mais de 30 dias resultou em **287 processos** parados. Desta totalidade, excetuam-se os processos em situação regular (aguardam cumprimento de acordo, julgamento de Agravo de Instrumento ou Recurso de Revista, pagamento de precatório, andamento de outros processos, estão com prazo em andamento, suspensos/sobrestados/conclusos ou sendo movimentados pela Secretaria). Determina-se que a Unidade Judiciária regularize, com a maior brevidade possível, os andamentos processuais abaixo exemplificados e **todos que estejam em situação similar**. Para tanto:

- a) archive os processos como os de nºs 0001320-35.2013.5.04.0021, 0001256-25.2013.5.04.0021, 0001525-98.2012.5.04.0021, 0001547-59.2012.5.04.0021, dentre outros;
- b) tome as providências necessárias para dar prosseguimento ao feito ou atualize os registros em processos como os de nºs 0001392-56.2012.5.04.0021, 0000912-44.2013.5.04.0021, 0000632-73.2013.5.04.0021, 0025300-55.2006.5.04.0021, 0114500-25.1996.5.04.0021, 0001063-15.2010.5.04.0021, 0053300-02.2005.5.04.0021, 0021800-15.2005.5.04.0021, 0000463-57.2011.5.04.0021, 0001257-10.2013.5.04.0021, 0001119-77.2012.5.04.0021, 0000009-72.2014.5.04.0021, 0001148-30.2012.5.04.0021, 0000492-39.2013.5.04.0021, 0000425-11.2012.5.04.0021, 0001008-59.2013.5.04.0021, dentre outros.

ITEM 9 (Processo Judicial Eletrônico – Pje)

Determina-se à Unidade Judiciária que:

- a) impulse imediatamente os processos constantes da tarefa “Apreciar admissibilidade recurso” pendentes até cinco dias antes da data da correção, em especial os de números 0020520-57.2015.5.04.0021 e 0020594-14.2015.5.04.0021;
- b) impulse os processos nas tarefas “Minutar Despacho” e “Minutar Decisão” pendentes até cinco dias antes da correção, em especial os processos 0020270-87.2016.5.04.0021 e 0021337-58.2014.5.04.0021;
- c) impulse os processos pendentes há mais de cinco dias da data da correção contidos nas tarefas “Prazos Vencidos” (nas fase de conhecimento, liquidação e execução);
- d) impulse os processos 0020461-69.2015.5.04.0221, 0020477-86.2016.5.04.0021, 0020143-57.2013.5.04.0021, 0020067-33.2013.5.04.0021 e 0020003-86.2014.5.004.0021..



14.2 MAGISTRADOS

ITEM 6.8 (Sentenças com Prazo Excedido)

Determina-se que os Juízes **Charles Lopes Kuhn, Eduardo Batista Vargas, Juliana Oliveira** e **Rita Volpato Bischoff** profiram as sentenças nos processos conclusos há mais de 50 dias, com a maior brevidade possível, devendo ser observada a cronologia das datas de conclusão, priorizando aqueles há mais tempo pendentes de julgamento.

A Juíza Substituta **Juliana Oliveira** deve proferir sua pendência no prazo de 5 dias.

O Juiz Substituto **Charles Lopes Kuhn** deve proferir suas sentenças atrasadas no prazo de 10 dias.

O Juiz Substituto **Eduardo Batista Vargas** deve proferir suas sentenças atrasadas no prazo de 30 dias, com exceção das decisões correspondentes aos embargos de declaração (06), que devem ser proferidas no prazo de 10 dias.

A Juíza Substituta **Rita Volpato Bischoff** deve apresentar plano de trabalho para redução de seu resíduo no prazo de 5 dias.

O cumprimento dessa determinação será acompanhado pela Secretaria desta Corregedoria, mediante expediente próprio para cada magistrado.

15 PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com o Juiz Titular, Juiz Substituto, a Diretora de Secretaria e os servidores da Unidade Judiciária, a Corregedora Regional esteve na Secretaria da 21ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, no dia 19.04.2016, das 10h às 11h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes a essa Vara do Trabalho, no entanto, não houve interessados. Por fim, destaca-se a gentil presença do Juiz Titular Manuel Cid Jardón, que embora convocado para atuar no Tribunal, prestigiou a inspeção correcional realizada.

16 PRAZO PARA RESPOSTA

16.1 A Diretora de Secretaria deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Assessoria Jurídica da Corregedoria sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados;

16.2 Os Juízes Charles Lopes Kuhn, Eduardo Batista Vargas, Juliana Oliveira e **Rita Volpato Bischoff** deverão atender as determinações respectivas constantes deste relatório, observados os prazos estipulados.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

17 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pelo Juiz Titular Manuel Cid Jardón, pelo Juiz Substituto André Sessim Parisenti, pela Diretora de Secretaria Simone Viana e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Guy de Bruchard, Assessor Jurídico da Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Corregedora Regional.

Maria da Graça Ribeiro Centeno
Corregedora Regional